

Anteprojeto adotará modelo parlamentarista alemão

BRASÍLIA — Os constituintes da Comissão de Sistematização, reunidos de na grande comissão informal que se instalou no 24º andar do edifício-sede do Banco do Brasil, decidiram adotar a fórmula do parlamentarismo alemão no Brasil, segundo os termos da proposta do senador Afonso Arinos (PFL-RJ), que encaminhou sua emenda no final da semana. "Não há como o relator fugir ao parlamentarismo", disse o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), "porque os relatórios de todas as subcomissões e comissões que trataram do assunto recomendaram a adoção deste sistema".

O senador Virgílio Távora (PDS-CE), que trabalhou ativamente pelo consenso mas fala com a autoridade de quem foi ministro no fracassado parlamentarismo de 1961, acha que o sistema, nos termos em que está proposto, "não vai funcionar nunquinha". No México, ontem, o presidente José Sarney disse que "o presidencialismo constitucional foi também o caminho preferido pela tradição republicana no Brasil".

Fernando Henrique assegura que o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, não está irredutível na defesa do presidencialismo. Para derrubar no plenário a proposta parlamentarista da Comissão de Sistematização, os presidencialistas precisarão de 280 votos — a maioria absoluta dos membros da Constituinte.

Trabalhos concorrentes — A Constituinte está, neste momento, vivendo um período curioso. No 24º andar do edifício do Banco do Brasil, onde era o restaurante da diretoria, estão reunidos, de maneira informal,

os componentes da Comissão de Sistematização, o relator Bernardo Cabral, os relatores adjuntos e assessores do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

O trabalho começou na quinta-feira passada, sem a presença de Bernardo Cabral — que estava em São Paulo —, presidido em parte pelo deputado Ulysses Guimarães. Atravessou o final de semana, já sob o comando do relator.

Os assessores anotam tudo que se passa, fazem uma redação final do artigo e seus parágrafos e o texto vai para o computador. Há um rascunho na memória do computador, que vai se transformar em texto final até amanhã, quando, afinal, o anteprojeto será apresentado aos líderes dos partidos.

O consenso entre os grupos coordenados pelo deputado Euclides Scalco (PMDB-PR) e pelo senador José Richa (PMDB-PR), que se entregaram à tarefa de enxugar o relatório de Bernardo Cabral, apressou a Comissão de Sistematização. Na reunião de segunda-feira passada, na residência oficial de Ulysses, Cabral discorreu sobre os pontos polêmicos em debate nos diversos grupos.

Naquele momento, ainda não havia texto nem rascunho de sequer um parágrafo. Cabral tinha em mãos um exemplar de seu relatório, anotado em tinta azul e vermelha. A partir dessa reunião, o trabalho começou a evoluir no 24º andar do Banco do Brasil. E todos concordaram em não retirar o rascunho da memória do computador, para evitar ação dos lobbies



Oliveira (E), Arinos, Cabral e Serra: a grande comissão do Banco do Brasil

Planalto não quer bloco dentro do PMDB

BRASÍLIA — O presidente José Sarney não apóia a transformação do grupo "Centro Democrático" do PMDB em bloco partidário, informou um parlamentar ligado ao Palácio do Planalto. A iniciativa em nada servirá para ampliar a base de sustentação política do governo na Constituinte e ainda vai desautorizar a liderança do deputado Ulysses Guimarães, coisa que não faz parte da atual estratégia do Palácio do Planalto.

Segundo esse parlamentar, ao governo interessa, no momento, continuar sua articulação com toda as forças de centro da Constituinte, ligadas ou não ao grupo "Centro Democrático". O líder Carlos Sant'Anna e os deputados Roberto Cardoso Alves e Prisco Viana, por exemplo, não integram o "Centro Democrático", apesar de estarem entre os principais interlocutores de Sarney no Congresso.

Segundo esse parlamentar ligado ao governo, trata-se de uma iniciativa pessoal de Expedito Machado. O grupo "Centro Democrático", pelo regimento interno do Congresso, não pode se formalizar como bloco perante a Mesa da Casa. O regimento considera apenas a hipótese de constituição de blocos da maioria e da minoria e não a de grupos dentro dos partidos.

O comando do "Centro Democrático" vai reunir-se hoje, às 16 horas, para formalizar a constituição do bloco de centro. O deputado Expedito Machado (CE) ainda está definindo, com seus colegas, a distribuição dos cargos do bloco e a redação do manifesto que pretendem divulgar. Segundo cálculos de Expedito Machado, poderão se integrar nesse movimento até 120 constituintes do PMDB.

Isolamento anula as pressões

O 24º andar do Banco do Brasil foi definido como o quartel-general dos trabalhos da "Grande Comissão" cerca de 15 dias antes de ela começar a funcionar, na quinta-feira passada. A escolha foi do próprio relator, Bernardo Cabral, depois de estudar outras sugestões, como a Fundação Getúlio Vargas e algumas das grandes oficiais de Brasília.

Na avaliação de Cabral, na fase da redação do projeto de Constituição, quando os relatores trabalharam nas apertadas salas do Prodasen (Centro de Processamento de Dados do Senado), todos ficaram muito expostos a pressões e à dispersão do Congresso. Daí a opção por um local afastado, mas dotado de infraestrutura moderna, inclusive computadores, como o último andar do Banco do Brasil.

Comparação — O núcleo da comissão formada informalmente por Cabral — ela não existe oficialmente no regimento interno — foi composto pelos relatores — adjuntos Fernando Henrique Cardoso, Nelson Jobim, José Inácio e Wilson Martins, sob o acompanhamento atento do deputado Ulysses Guimarães e do senador Afonso Arinos. Outros constituintes, credenciados em rodadas anteriores de negociação, também se agregaram, como José Serra, Adolfo de Oliveira, Sandra Cavalcanti e Vivaldo Barbosa.

Cada participante da reunião recebeu um quadro comparativo, impresso em computador, com cinco colunas. Na primeira, estava a redação original do artigo

no projeto de Constituição da Comissão de Sistematização. Nas outras quatro, o projeto Hércules, produzido pelo grupo dos 32, e os trabalhos do assessor de Mário Covas, José Afonso, da assessoria de Cabral e da assessoria da Câmara. Além disso, foram frequentes as consultas ao projeto da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, a Comissão Arinos.

Inacessível — A cada item, Cabral, Fernando Henrique ou alguém designado por eles — na questão da seguridade, José Serra; na do Judiciário, Nelson Jobim e Maurício Correa — lia os textos. Em seguida, os assessores faziam uma espécie de memória sobre o tema, resumindo os debates nas subcomissões e comissões, ressaltando os problemas e apresentando opções para a definição política dos constituintes. Entre esses assessores destacaram-se Miguel Reale Júnior, José Afonso, Eduardo Jorge, Alda Guinover, Eduardo Graeff e Antônio Carlos Pojo do Rego.

Definida a redação do artigo, os dois últimos assessores armazenavam o resultado nos computadores, onde os textos, além de um código, têm uma defesa suplementar, para impedir o acesso de estranhos. A precaução justifica-se: o grupo dos 32, quando elaborava uma versão preliminar do projeto Hércules, descobriu que o texto estava sendo copiado em outras emendas apresentadas, graças à facilidade de acesso à memória dos computadores.

O texto final, segundo um dos participantes da "Grande Comissão", ficará com menos de 250 artigos.

Convenção será tão importante quanto eleição

William Waack

Se funcionar tal como na Alemanha, o sistema eleitoral e parlamentarista proposto na Constituinte transformará os caciques dos principais partidos em representantes vitalícios do povo brasileiro. As convenções dos grandes partidos políticos seriam tão importantes quanto as eleições propriamente ditas.

Uma das principais características do sistema alemão é a combinação entre voto distrital e proporcional. O país inteiro é dividido em distritos eleitorais, nos quais os candidatos de cada partido concorrem entre si. Quem vence leva o chamado *mandato direto*.

Tais mandatos compõem a metade do parlamento. A outra metade é escolhida a partir de listas estaduais confeccionadas pelos partidos. O eleitor alemão vota no candidato de seu distrito e ainda atribui um voto ao partido de sua preferência em seu estado. Distribuídos proporcionalmente, esses votos — desde que superiores a 5% do total — determinarão quantos candidatos da lista estadual de cada partido ocuparão cadeiras no parlamento.

Daí a importância das convenções que todos os partidos alemães realizam antes das eleições. Da colocação no alto ou não de uma lista eleitoral

depende totalmente a chance de ser eleito. Na Alemanha, os grandes figurões são sempre colocados no início da lista e, mesmo perdendo a votação *direta* em seu distrito eleitoral, ainda assim podem ser conduzidos ao parlamento.

O caso do pequeno partido liberal-democrata alemão (e, recentemente, dos verdes) é elucidativo: seus candidatos praticamente não conseguem um *só mandato direto*, isto é, conquistando um distrito eleitoral. Mas vão ao parlamento pela lista estadual, cuja elaboração é objeto de árduas disputas e manobras internas. Por outro lado, a lista torna a troca de partido mais difícil: ninguém em outra agremiação gosta de ceder seu lugar numa lista a um recém-desembarcado.

Na Alemanha, o sistema eleitoral mostrou-se excepcionalmente estável graças a uma exemplar participação eleitoral (acima dos 80% em eleições nacionais, embora votar não seja obrigatório) e, sobretudo, devido à secular tradição de sólidos partidos políticos. Seu trabalho como fator de mobilização e formação da vontade política do povo alemão está previsto na Constituição (que os alemães ocidentais chamam de Lei Fundamental, por formalmente não aceitarem a divisão da nação).

E a disciplina partidária funciona, embora cada deputado seja responsável apenas perante sua própria consciência. É por isso que não ocorreu ainda na Alemanha algo que não seria difícil imaginar no Brasil: o líder de um grande partido não possui qualquer certeza de que seus deputados manterão a mesma posição entre o dia em que as urnas falaram e o momento de eleger, no parlamento, um novo governo.

William Waack foi correspondente do JB na Alemanha de 1979 a 1984.

Empresários dão festa em defesa de quatro entidades

BRASÍLIA — Os empresários da indústria e do comércio montaram no Congresso Nacional uma cozinha internacional para convencer, pelo estômago, os constituintes a não estatizar as quatro entidades mantidas hoje pelas empresas para formação profissional de trabalhadores — Sesi, Sesc, Senai e Senac. No fim da tarde, em caminhões e Kombis, eles despejaram no Salão Negro da Câmara dez quilos de peixe, oito de frango, camarões, bacalhau, queijos e mais de 600 frutas tropicais e bebidas, tudo servido por mais de 20 garçons.

A festa, promovida pelos presidentes das confederações nacionais da indústria e do comércio, Albano Franco e Antônio de Oliveira Santos, foi um verdadeiro coquetel: além da parte culinária, havia um coral de 40 pessoas, bandinha tocando a música do filme *007, James Bond* e uma exposição de fotos e vídeos sobre todos os trabalhos realizados pelas entidades.

Preocupação — "Manda parar essa", ordenou Albano Franco, antes de iniciar a tumultuada entrevista coletiva, no meio do salão, ao som de *Coração de Estudante*, música de Milton Nascimento que virou uma espécie de hino do surgimento da Nova República.

Albano Franco, no meio do barulho, tentava explicar o protesto dos empresários contra a estatização das quatro entidades. Informou que somente o Sesi (Serviço Social da Indústria) mantém hoje cerca de 700 centros de educação, saúde e lazer em todo o país para os trabalhadores na indústria e suas famílias.

"Colocamos dois milhões de profissionais, por ano, no mercado de trabalho, formados gratuitamente. Não existe nada parecido no



Albano Franco: protestando

mundo", argumentou o presidente da Confederação Nacional do Comércio, Antônio de Oliveira Santos. Com a "ajuda espontânea" dos trabalhadores, segundo Albano Franco, eles apresentaram uma emenda popular com 1 milhão 850 mil assinaturas em apoio à manutenção das quatro entidades, nos moldes em que estão.

A preocupação dos empresários é com um artigo do atual anteprojeto de Constituição que proíbe qualquer outro desconto na folha de pagamento que não seja para a Previdência Social. As quatro entidades são mantidas, hoje, através do desconto de 2,5% sobre a folha de pagamento.

— Do garçom às 20 recepcionistas uniformizadas, a festa foi montada com trabalhadores formados pelas entidades. Até forno, freezer, geladeira, fritadeira e uma estufa foram trazidos pelos organizadores, para que a equipe de 16 lancheiras e confeitarias do Senac fizesse mais de 15 tipos de salgadinhos.

Sempre Av.